

Curso de Graduação Letras/Libras – 2006

Disciplina: Morfologia

Professor: Maria Cristina Figueiredo Silva

Sumário

III. DERIVAÇÃO

1. O que é derivação?
2. Tipos de processos derivacionais
 - 2.1 A derivação prefixal
 - 2.2 A derivação sufixal
3. A estrutura interna das palavras
4. Resumo do Capítulo
5. Atividades

1. O que é derivação?

Na disciplina de Introdução aos Estudos Lingüísticos você tomou contato com certos exemplos de derivação, você se lembra? Eram coisas como *i-legal* ou *per-eira*. Ali as coisas ficaram um pouco vagas, porque elas foram ditas só pra despertar a sua curiosidade para tudo o que você vai aprender nos estudos lingüísticos... Vamos ver agora o que exatamente esses exemplos significam no funcionamento da língua.

No capítulo passado, vimos como Mattoso Camara Jr. distingue a derivação da flexão; para ele, ao contrário da flexão, a derivação é um processo morfológico que não é regular nem obrigatório, não tem pauta sistemática (isto é, um paradigma de formas) e não desencadeia concordância, isto é, não tem conseqüências sintáticas. Vimos que, destes critérios, o mais confiável para identificar a flexão é o da concordância, isto é, o de ter conseqüências sintáticas, ao lado de ter um paradigma de formas, certo?

Além dessas, há uma outra diferença que se faz normalmente entre flexão e derivação, já apontada na disciplina de Introdução aos Estudos Lingüísticos: os processos derivacionais criam novas palavras, mas os processos flexionais apenas indicam relações gramaticais, adequando a forma de uma palavra ao contexto sintático; assim, enquanto *meninada* é uma palavra nova, *meninos* é só uma adequação da palavra *menino* ao contexto sintático "plural". Você acha que isso ficou claro para o marciano?

Pode ser que o marciano não entenda bem esse conceito de palavra nova – bom, ele está aprendendo a língua, todas as palavras são novas para ele! Mas depois que ele

aprender, todas vão ser velhas, né? Então a gente tem que ter um modo de explicar direitinho pra ele o que queremos dizer com "palavra nova".

Também vamos ter que definir de maneira mais precisa o que "adequação ao contexto sintático" quer dizer. Sabe por quê? Vamos supor que eu acabei de inventar uma máquina que lava salada: a gente enfia o pé de alface de um lado e saem as folhas da alface lavadas do outro. Eu vou inventar um nome novo para dar a esta máquina: (o) *macomelo*. Observe antes de mais nada que eu não usei nenhum tipo de processo morfológico para inventar essa palavra, só combinei sílabas segundo regras da fonologia do português de modo a obter algo que pode ser uma palavra nesta língua.

Mas agora eu quero falar para a minha irmã usar a máquina pra lavar a salada do almoço. Vou dizer pra ela: "Por favor, você pode ____ a salada?" Que palavra vai aí nesse buraco? *Macomelar*? Sim! Mas a questão agora é: *macomelar* é uma palavra "nova" ou eu estou é adequando a forma da palavra *macomelo* (que é um substantivo) para garantir sua entrada na minha frase como um verbo, exigência daquela posição sintática? E se o meu pai achar um bicho na alface dele e perguntar: "Quem *macomelou* tão mal essa salada?", ele vai estar usando uma palavra "nova" – *macomelou* – ou vai estar só adequando a forma da palavra *macomelar* a um contexto sintático novo?

Já deu pra perceber que não é fácil decidir, né? Bom, nós construímos no capítulo passado uma definição do que é um processo flexional, o que já nos permite saber que quando, a partir de *macomelar*, fazemos *macomelou*, o que está em jogo é flexão, porque essa forma é parte do paradigma de qualquer verbo da 1ª conjugação. Veja que na frase do meu pai só esta forma é possível, pois o verbo deve expressar um evento já concluído no passado, portanto deve estar no pretérito perfeito; e o verbo deve também concordar com o sujeito, que é *quem* na pergunta do meu pai (um pronome de 3ª pessoa do singular) e assim o verbo deve estar na 3ª pessoa do singular.

Mas não temos ainda a resposta para a primeira das questões: *macomelo* e *macomelar* se relacionam por flexão ou derivação? Se na morfologia só existissem esses dois processos, a coisa era simples: o que não é flexão é derivação e, como já temos a definição de flexão, por exclusão chegaríamos na derivação. É, mas a verdade é que existem outros processos morfológicos, como a composição, por exemplo, que estudaremos no próximo capítulo, e então temos que saber mesmo o que é derivação...

Se a tradição gramatical diz que a derivação cria palavras novas, mesmo sem saber bem o que é uma palavra "nova" aqui, talvez possamos eleger a seguinte pergunta para servir de guia para esta investigação: por que criamos palavras novas?

Vamos voltar no nosso exemplo. Inventamos um nome para uma coisa: *macomelo*. Talvez essa seja uma das maiores razões para criarmos uma palavra: nomear seres inexistentes anteriormente. Ótimo, já demos um nome para a máquina, então já podemos falar dela. A classe natural para esta palavra é a dos substantivos (que abriga os nomes dos seres, segundo a gramática tradicional), mas no pedido que eu fiz à minha irmã, eu precisava de um verbo, que devia entrar ali na forma infinitiva, do mesmo modo que na frase: "Você pode *lavar* a salada?". Chegamos assim a uma segunda razão para criarmos palavras: a mudança da classe gramatical.

Mas há ainda uma outra razão. Por exemplo, vamos supor que a tal máquina que eu inventei é muito delicada, exige conhecimentos especiais para ser operada e só a minha irmã tem a formação necessária para isso e, portanto, só ela está autorizada a mexer na máquina. Assim, a minha irmã é a *macomeladora* oficial da família. Se o meu pai ou o meu avô também quiserem aprender a mexer na máquina, a minha irmã vai ensinar e eles também serão *macomeladores*, correto? Ora, *macomelador/a/(e)s* é, como *macomelo*, um substantivo: aceita flexão de gênero e número e pode ser precedido por artigo. Portanto, a diferença entre *macomelo* e *macomelador* não é de classe de palavra, mas há uma diferença semântica aí: *macomelo* é o nome da máquina, *macomelador* é o nome do profissional que põe em funcionamento a máquina. Então, apesar serem ambas substantivos, elas têm interpretações bastante diferentes, certo? Assim, uma terceira razão para criarmos palavras se deve a necessidades semânticas desse tipo.

Vamos resumir essa discussão para tirarmos dela as conclusões pertinentes para o nosso estudo de morfologia: quando inventamos uma palavra, podemos de fato inventar a palavra do nada, simplesmente combinando sílabas possíveis na língua. Aqui, inventamos a palavra *macomelo*, mas nada nos impediria de usar nomes que já existem na língua; a nossa máquina de lavar salada poderia se chamar *lavador de salada* (como *aspirador de pó*), *lava-salada* (como *lava-louças*) ou ainda *salavagem* (o processo usado para formar *chafé*, que é o café bem fraquinho, mais parecido com chá).

No entanto, uma vez que inventamos *macomelo*, o verbo referente ao evento de operação da máquina será *macomelar*. Claro, também podia ser *irrefolar* ou *tovicelar*, mas você já imaginou se para todas as palavras novas que inventássemos na língua, não houvesse nenhuma relação de forma entre as palavras que se relacionam semanticamente entre si nas diversas classes de palavras? Haja memória para decorar todas as palavras, né? O fato de haver processos morfológicos que manipulam a forma da palavra original – *macomelo*, *macomelar*, *macomelador* – e geram palavras de

classes diferentes ou da mesma classe com significado diferente é uma grande economia para a memória do falante de qualquer língua, concorda?

Estamos agora em condições de reavaliar o que "criação de palavras" quer dizer e como a morfologia intervém neste processo. Vamos precisar, no entanto, definir certos termos técnicos para abordar o problema da formação de palavras de uma maneira mais formal do que fizemos até agora. Estamos escolhendo tratar a morfologia derivacional dentro do arcabouço teórico da gramática gerativa – isso mesmo, a vertente teórica inaugurada por Chomsky nos anos cinquenta que vocês estudaram na disciplina de Introdução aos Estudos Lingüísticos. Você vai ver como é interessante!

Vamos explicar e exemplificar abaixo cada um dos conceitos que serão usados nas próximas seções, de modo que você possa manuseá-los com segurança:

1. *léxico mental*: este é um conceito ligado ao de competência do falante nativo (lembra dele lá na disciplina de Introdução aos Estudos Lingüísticos?), aqui entendido como a competência lexical que o falante tem de saber quais palavras são possíveis e quais são impossíveis em sua língua. Vamos hipotetizar que o falante conhece uma lista de entradas lexicais, a estrutura interna dos itens e as regras que podem formar novas entradas lexicais. O léxico mental, portanto, é o conjunto de itens que o falante conhece em sua língua, que inclui palavras como *mesa* ou *porta-guardanapos*, também chamadas de **lexemas**, inclui palavras dêiticas como *aqui* ou *eu* (que são chamadas assim por terem a sua referência especificada apenas na situação de enunciação), inclui as formas dependentes que identificamos no primeiro capítulo, como *de* ou *o*, em exemplos como *o cachorro de pelúcia*, mas crucialmente inclui também os morfemas presos, que podem ser lexemas como *agri-* ou *-logo* (que aparecem em *agridoce* ou *psicólogo*), afixos do tipo *in-* ou *-mente* (que vemos em *infelizmente*), desinências como *-va-* ou *-mos* (presentes na forma *cantávamos*), e ainda as vogais temáticas dos verbos (*-a-*, *-e-* ou *-i-*) e dos nomes, se adotamos a visão de Camara Jr. que vimos no segundo capítulo, segundo a qual na palavra *tribo* o *o* final é uma vogal temática e não marca de gênero, já que é *tribo* é uma palavra feminina.

2. *base e produto*: chamamos de *base* ao elemento ao qual se aplica alguma das regras da morfologia derivacional de modo a gerar uma outra palavra, uma palavra "nova", que chamamos de *produto*. Por exemplo, *macomelo* é a base sobre a qual aplicamos a regra para gerar verbos na língua que nos fornece como produto *macomelar*; por outro lado,

macomelar é a base sobre a qual aplicamos a regra para gerar substantivos (agentivos ou instrumentais) que nos fornece *macomelador* como produto.

Assim, base é aquela parte da palavra que é recorrente na palavra formada a partir dela ou que nós vemos dentro da palavra morfológicamente complexa da qual ela faz parte. A base é um lexema, mas não necessariamente uma palavra (isto é, uma forma livre como *macomelo* em nosso exemplo); ela pode ser uma forma presa também, como *carpint-* em *carpinteiro*. Por outro lado, o produto é sempre uma forma livre.

3. *regras morfológicas*: vamos começar esta investigação olhando para palavras que todos nós conhecemos em português, como *felizmente*, *pereira* e *lavável*. Se você perguntar a um falante nativo de português como se formaram essas palavras, eles te dirão que elas "vieram de" *feliz*, *pêra* e *lavar*, respectivamente. Ora, o fato de os falantes identificarem relações dessa natureza entre as palavras mostra que eles podem enxergar a estrutura interna das palavras. Dada uma palavra como *pereira*, eles são capazes de ver que lá dentro tem a base *pêra* e o morfema sufixal *-eira*. Segundo Basílio (1980:49), para identificar estas formas dentro de uma palavra, o falante usa a **Regra de Análise Estrutural** (RAE), que tem o formato geral de (1a) e, para os nossos exemplos, adquire os formatos específicos em (1b-d):

- (1) a. [[X]a Y]b
b. [[feliz]_A -mente]_{Adv}
c. [[pera]_S -eira]_S
d. [[lavar]_V -vel]_A

Por outro lado, quando um falante, a partir de relações existentes no léxico, forma uma palavra nova como *clonável*, ele está usando o que em teoria gerativa chama **Regra de Formação de Palavras** (RFP), com o formato geral em (2a) e específico (2b):

- (2) a. [X]a → [[X]a Y]b
b. [clonar]_V → [[clonar]_V -vel]_A

É porque o falante percebe relações paradigmáticas estabelecidas no léxico que ele pode formar *clonável* a partir de *clonar*, dado que existem os pares *lavar – lavável*, *tratar – tratável*, *ler – legível* e inúmeros outros do mesmo tipo no léxico.

Observe que para cada RFP que existe na língua existe a RAE correspondente, mas o contrário não é verdadeiro: nem todas as palavras para as quais reconhecemos estrutura interna correspondem a uma regra que permite a formação de palavras novas. Pense, por exemplo, na palavra *campestre*: é possível identificar nela as partes *campo* e *-estre*, mas não é mais possível formar nenhuma palavra nova em *-estre*. Portanto, não existe uma RFP para *-estre*, ainda que exista uma RAE que se aplica a *campestre*, *terrestre*, *silvestre*, etc. Há casos ainda em que nem se pode falar de RAE: por exemplo, *casebre* é uma palavra em que se pode reconhecer estrutura interna – *casa* e *-ebre* – mas como não existe nenhuma outra palavra na língua em *-ebre*, não dizemos neste caso que esta é uma RAE, pois não existe regra que se aplique a uma única forma.

O que dissemos até agora sobre as RFPs é só uma pequena parte da conversa. Na verdade, para além de especificar a classe da base (o *a* que aparece do lado do X em (2a) ali em cima) e do produto (o *b* que aparece do lado de Y acima), é preciso também especificar outras propriedades que eventualmente as bases devem ter para poder entrar numa dada RFP ou que os produtos têm quando são resultados desta RFP. No nosso exemplo, não basta que a base seja um verbo, porque nem todos os verbos podem ter um adjetivo em *-vel* correspondente: *chegar* – **chegável*, *correr* – **corrível*, *ser* – **sível*. A exigência desta RFP sobre a base é a de que ela seja um verbo transitivo direto, isto é, um verbo que tenha objeto direto: *lavar* pode ser usado nesta RFP porque existem frases como (3a); *clonável* também é possível porque temos a frase (3b). Mas como (3c) e (3d) não existem, as formações em *-vel* não são possíveis nestes casos.

- (3)
- a. O mecânico lavou o carro
 - b. O cientista clonou a zebra
 - c. *O menino chegou a carta
 - d. *O ladrão correu a estrada

Observe por outro lado que o produto desta regra tem propriedades bastante restritas. Em particular, a sua interpretação é extremamente previsível e não pode ser outra: *lavável* quer dizer "que pode ser lavado", *clonável* quer dizer "que pode ser clonado", e assim por diante. Note adicionalmente que é sempre o objeto do verbo que pode receber a qualidade expressa pelo adjetivo em *-vel*, jamais o sujeito: é o carro que é lavável, não o mecânico; é a zebra que é clonável, não o cientista.

4. *produtividade*: é a possibilidade que uma regra tem de se aplicar sobre um conjunto de bases com propriedades específicas (como a propriedade "verbo transitivo" que a base deve ter para entrar na regra de formação do adjetivo em *-vel*), obtendo igualmente produtos especificados sob o ponto de vista categorial e semântico.

A noção de produtividade não é muito simples; por exemplo, não é possível dizer que uma regra é mais produtiva que outra simplesmente porque ela se aplica mais vezes e gera mais palavras, pois certas classes de palavras são mais frequentes do que outras (os substantivos, por exemplo, são mais frequentes que os adjetivos). Para dizer algo sobre a produtividade de uma regra, é preciso ver qual é o número de bases sobre as quais a regra poderia se aplicar e sobre quantas ela efetivamente se aplica.

Além disso, é preciso distinguir entre a possibilidade de aplicação da regra e a sua aplicação efetiva – o que Basílio *et alli* (1993) chamam de diferença entre condições de produtividade e condições de produção. As condições de produtividade dizem respeito exclusivamente ao conjunto de restrições que a regra coloca sobre suas bases e seus produtos. Por exemplo, a formação de substantivos deverbais (isto é, formar um substantivo a partir de um verbo) dispõe de várias regras em português, dentre as quais a regra *-ção* e a regra *-mento*. Estas duas regras são produtivas no português brasileiro, embora a incidência de cada uma delas varie; num certo número de casos ambas podem ocorrer (e efetivamente ocorrem como *internação* e *internamento*), mas há casos em que só uma ou outra pode ocorrer: se o verbo que será base da regra termina em *-ecer* (como *florescer*), a regra a ser acionada é *-mento* (e o produto é *florescimento*); se um verbo terminado em *-izar* é tomado como base (por exemplo, *realizar*), a regra acionada será *-ção*: *realização*. E aqui não é possível falar em diferentes graus de produtividade. Por outro lado, *-agem* é uma regra menos produtiva que *-ção* ou *-mento*, porque o conjunto de restrições que ela impõe sobre as bases é maior (apenas verbos de ação concreta podem se candidatar a base desta regra) e ainda assim nem todos os elementos que satisfazem a esta restrição aceitam a formação: quando falamos em lavar as paredes da casa, falamos de uma *lavação* geral, não de uma *lavagem* geral, certo?

Já as condições de produção olham "para fora": olham regras semelhantes a uma regra dada – por exemplo, para regras que estão em competição com aquela primeira – e depois olham as condições discursivas mais gerais, as condições culturais, etc. Assim, embora a formação de substantivos deverbais disponha de regras produtivas em *-ção* ou *-mento*, quando falamos de terminologia científica, *-agem* é a regra acionada, e por isso temos *lavagem (intestinal)* ou *clonagem* e não **clonação* ou **clonamento*.

Mas se a noção de produtividade é tão complicada por que ela deve ser parte da teoria? A resposta é porque esta é uma noção crucial para se mostrar que a derivação não é o que os estruturalistas pensavam, um processo sem pauta sistemática, incoerente, opcional. Ela não têm paradigmas de formas, mas tem alguma sistematicidade sim. Procurando explicitar quais são os princípios que regem a competência do falante nativo para discernir estruturas que são ou não possíveis em sua língua, a teoria gerativa fala de regras – você certamente percebeu que agora os prefixos e sufixos da língua são vistos como regras que se aplicam a este ou aquele conjunto de bases, não é mesmo?

5. *bloqueio*: é a maneira de descrever a impossibilidade de aplicação de regras morfológicas. Há certas impossibilidades que se explicam imediatamente: não é possível criarmos a palavra **cadeirador* porque *cadeira* é um substantivo e a regra responsável por essa formação, a RFP *-(d)or*, exige que a base seja um verbo (*conhecer* – *conhecedor*). A este fenômeno Rocha (1999) chama de **transgressão afixal**.

Há casos, no entanto, em que é menos claro por que uma certa regra não se aplica, já que a base aparentemente respeita todas as exigências dela. Vejamos dois tipos diferentes de impossibilidades: um é o que se observa em **fabricador*; o outro é o de (?)*apelidador* (que seria aquela pessoa que põe apelido em todo mundo, um exemplo de Rocha, 1999:21). Para o primeiro caso, podemos alegar a existência de uma **regra concorrente**, que possivelmente nem é uma RFP em português, apenas uma RAE, mas que de qualquer modo já formou o substantivo agentivo que se relaciona com o verbo *fabricar*, que é *fabricante*. Como as línguas evitam sinonímia completa, não é possível usar uma regra produtiva para gerar uma palavra que teria significado igual ao de outra palavra já existente (nos casos em que vemos as duas palavras, em geral significam coisas diferentes, como no caso de *amante* e *amador*). Mas pode existir também uma regra concorrente produtiva: é a regra produtiva concorrente de *-or* em português, que é *-ista*, que explica por que não temos **surfador*: é porque temos *surfista*.

O segundo caso é o mais delicado, porque não há nenhuma razão aparente para não termos (?)*apelidador* ou outras tantas formas na língua. Rocha (1999:44) fala em **inércia morfológica**: as pessoas não usam estas formações simplesmente porque elas ainda não foram criadas, mas nada impede que elas sejam acionadas e passem a fazer parte do conjunto de palavras da língua. Esta noção de inércia morfológica, no entanto, não é mais do que uma descrição do que ocorre. É preciso ainda bastante pesquisa nesta área da morfologia para construirmos uma explicação real para este fenômeno.

Observando estas duas últimas noções – a de produtividade e a de bloqueio – vemos certas características das RFPs e dos itens estocados no nosso léxico mental: a produtividade de uma regra vai junto com a regularidade dela, tanto no que diz respeito às exigências que pesam sobre as bases, como no que diz respeito ao produto, em particular na sua coerência semântica. A irregularidade é característica, assim, de itens estocados no léxico mental, não de itens gerados por regras produtivas.

Portanto, fechando a discussão, podemos retomar aquela afirmação segundo a qual a derivação cria palavras novas enquanto a flexão apenas torna adequada a forma da palavra ao contexto sintático em que ela será inserida. "Criar palavras novas" quer dizer agora identificar a regra de formação de palavras que pode ter gerado a palavra que estamos examinando; as RFPs podem ou mudar a classe da palavra de base ou mudar o seu significado e por isso é justificável dizer que a palavra gerada é "nova". Por outro lado, "tornar adequada a forma da palavra ao contexto sintático" quer dizer determinar que tipo de implicação sintática (como a concordância) tem a mudança morfológica executada na palavra e, neste caso, não mudamos nem a classe nem a significação fundamental da palavra. Por isso, *meninada* é um exemplo de derivação, já que a palavra *menino* serviu de base para RFP *-ada* do português cujo produto é sempre uma palavra de gênero feminino, com interpretação de grupo sem referência ao sexo dos componentes; por outro lado, *meninas* é simplesmente mais de uma menina, sempre.

Agora ficou claro? Que bom! Vamos agora falar de alguns tipos de regras de formação de palavras que temos em português: a prefixação e a sufixação.

LEITURA RECOMENDADA: Rocha (1999, cap. 1 e cap. 4), Basílio *et alli* (1993)

2. Tipos de processos derivacionais¹

Toda a tradição em estudos gramaticais, incluindo o estruturalismo, tem reconhecido a existência de pelo menos dois grandes processos de formação de palavras: a derivação e a composição. A derivação é vista principalmente como um processo de afixação, ainda que outros processos que aparentemente não envolvem a presença de algum afixo sejam também considerados processos derivacionais, como a conversão (ou derivação imprópria, que é exemplificada pelo uso da palavra *jantar* seja

¹ Toda a discussão que segue se inspira diretamente no trabalho de Mioto e Figueiredo Silva (2006).

como substantivo seja como verbo) e a siglagem (que transforma uma sigla em palavra, como PT (pronunciada /petê/, UFSC /pronunciada /ufisqui/, etc..). A composição, por seu turno, combina dois ou mais lexemas e por isso se distingue da derivação, mesmo quando os lexemas são formas presas, como em *eco-log(ia)*.

Dentro dos processos derivacionais afixais, é possível ainda isolar dois grupos distintos: a prefixação e a sufixação. A diferença na posição dos afixos distingue visivelmente os dois processos: os prefixos aparecem antes da base à qual se adjungem (como em *in-feliz*), mas os sufixos se colocam depois dela (como em *feliz-mente*).

Todavia, esta não é a única diferença entre eles: uma observação sobre a qual já falamos é que os sufixos podem mudar a classe da base com a qual se combinam, mas os prefixos não têm esse poder. É porque os sufixos determinam a classe da palavra formada, a tradição gramatical organiza sua apresentação exatamente por essa informação. A gramática tradicional de Cunha e Cintra (2001), por exemplo, apresenta primeiramente os sufixos formadores de substantivos a partir de substantivos, em seguida os formadores de substantivos a partir de adjetivos, e assim por diante. Dada esta compreensão da sufixação, não é difícil aceitar a idéia de que o sufixo é o núcleo da construção morfológica, posto que pelo menos determina a classe da base com a qual vai se combinar e igualmente determina a classe de palavra do produto.

Por outro lado, a tradição gramatical não entende a prefixação da mesma forma. Porque os prefixos em geral não mudam a classe da base com a qual se combinam, as gramáticas tradicionais nem cogitam a idéia de que eles possam ser sensíveis a esta informação e, assim, a gramática de Cunha e Cintra (2001), como todas as outras, apresenta os prefixos do português separados em duas listas, uma dos que têm origem no latim e outra dos que têm sua origem no grego; e, como critério organizador da lista, temos a ordem alfabética: *abs-*, *ad-*, *ante-*, etc.

Em teoria gerativa, alguns estudiosos já observaram que os prefixos também se juntam a bases de classes determinadas. Contudo, essa constatação ainda é tímida nas suas conseqüências, já que nenhum autor brasileiro classifica os prefixos segundo a classe de palavras com a qual eles se combinam, como fazem com os sufixos. É exatamente esta a propriedade crucial dos prefixos que vamos investigar na próxima seção.

Antes, porém, ainda devemos abordar uma questão espinhosa e muito interessante: a distinção entre derivação e composição, um problema que é mais agudo no caso de prefixos que de sufixos, por razões que ficarão claras mais abaixo. Existem

evidentemente casos claros de composição – como *guarda-roupa* ou *planalto* – e casos claros de prefixação ou sufixação – como *infeliz* ou *construção*. No entanto, há muitos casos em que teríamos problemas para distinguir uma coisa da outra, em particular na composição com bases presas como *biólogo* ou *teocracia*. Vamos selecionar um conjunto de exemplos do português com os piores casos possíveis para você perceber bem a dimensão do problema: *sobrecarga*, *bisavô*, *juízo* e *termômetro*. Quais são exemplos de derivação e quais são exemplos de composição?

É possível identificar nos diferentes níveis de análise linguística um conjunto de propriedades básicas, usadas tradicionalmente para distinguir composição de derivação:

a. *no plano fonológico*: segundo Camara Jr. (1977), uma palavra derivada se distingue de uma composta por ser arrizotônica, isto é, por a base ceder a posição de acento ao último sufixo acrescentado. É o que vemos em *macomela* – *macomelar* – *macomelador*. Em uma palavra composta, por outro lado, pelo menos a última base mantém seu acento, como em *guarda-roupa* ou *planalto*. Contudo, como as palavras do português são ou oxítonas, ou paroxítonas ou proparoxítonas, este critério não distingue prefixação de composição em todos os casos, pois a prefixação, acontecendo no início da palavra, nem sempre poderia chamar para si o acento: *cômoda* – *incômoda*.

Aplicando este critério para as nossas "piores" palavras, temos uma situação estranha: em *carga* – *sobrecarga*, não acontece nada com o acento, e portanto *sobre* pode ser tanto um prefixo quanto uma base. O mesmo acontece com *avô* – *bisavô*. O caso de *juizar* – *juízo* fornece o resultado esperado, já que o sufixo toma o acento da base. O mais difícil é dizer algo sobre *termômetro*, onde temos duas formas presas. Outras palavras com *termo-* nos indicam que o acento não precisa estar nela – *termodinâmico* ou *termelétrico* – mas o exame de outras palavras com *-metro* também nos garante que o acento nunca está ali: *hidrômetro*, *pentâmetro*. Mas o que será que isso quer dizer exatamente? Ai, ai, ai, ai, ai....

b. *no plano morfológico*: segundo toda a tradição gramatical, uma palavra é dita composta quando é formada por duas bases lexicais pertencentes à classe dos nomes (N) – que são chamados "substantivos" na gramática tradicional –, verbos (V) ou adjetivos (A); uma palavra é dita derivada quando é formada por uma base mais pelo menos um membro de uma classe de morfemas gramaticais, excluídos os morfemas classificatórios

e flexionais. Observe que este critério só funciona se junto estiverem as listas de prefixos, sufixos e bases presas (iniciais e finais) da língua.

Mas será que não há nenhuma propriedade morfológica que nos permita saber de antemão se um dado item pertence a uma lista ou a outra? Com respeito aos exemplos dados acima, os resultados poderiam ser desconcertantes: por exemplo, *juízo* é formado com o verbo *juizar* como base e o sufixo formador de substantivos *-mento*. Sem a lista de sufixos, seria possível pensarmos que *-mento* é também uma base, exatamente por ter o caráter nominal da palavra toda.. Por outro lado, em *bisavô* seria possível pensarmos que este é um caso de prefixação, já que *avô* é uma base nominal, mas *bi(s)-* não se encaixa claramente em nenhuma das classes N, V ou A, certo?

c. *no plano sintático*: a composição se distingue da sufixação por não ser necessariamente endocêntrica, isto é, não apresentar um núcleo em todas as suas ocorrências. É fato que existem palavras compostas endocêntricas: *aviso-prévio*, por exemplo, é endocêntrica, porque é um substantivo formado por um substantivo (*aviso*), que é o seu núcleo já que fornece o gênero de todo o composto, e um adjetivo (*prévio*). Já em, por exemplo, *bem-me-quer* não temos um composto endocêntrico, pois a palavra é um substantivo (o nome de uma flor), mas seus constituintes são um advérbio, um pronome e um verbo, nenhum dos quais se qualifica como seu núcleo. Os compostos vernáculos têm núcleo à esquerda, como no exemplo acima, mas existem também muitos compostos com núcleo à direita, como veremos no próximo capítulo. Por outro lado, a endocentricidade é uma propriedade dos derivados sufixais se assumimos que o sufixo é seu núcleo, já que ele determina a categoria (e ao menos parcialmente o sentido) do derivado. Assim, no caso da derivação, o núcleo estaria à direita. Entretanto, para o derivado prefixal o critério tem pouco a dizer, pois o prefixo não muda a classe da palavra e nunca é o seu núcleo, ainda que altere seu sentido. Nos nossos exemplos, ao menos em *sobrecarga*, *bisavô* e *juízo* temos formações endocêntricas com núcleo à direita; portanto, esta propriedade sintática também não é capaz de separar de forma clara um processo do outro.

d. *plano semântico*: acontece com frequência de bases lexicais que formam o composto perderem seu sentido e a palavra composta ter um sentido não relacionado lexicalmente com o das bases. O exemplo clássico é algo como *amor-perfeito*, que não tem nenhuma base que relacione o composto com o objeto flor, a que ele se refere. Por outro lado, o

sentido de um derivado é sempre ao menos parcialmente determinado pelo morfema que é afixado à base. Vamos ver novamente as nossas palavras: *sobrecarga* quer dizer "tudo o que excede a carga normal" e portanto *sobre-* aqui tem o significado de excessivo, o mesmo sentido que tem em *sobreatuação* ou *sobreaquecimento*, e o significado geral da palavra se faz pela soma dos significados de suas partes. *Bisavô* também obedece a mesma regra: *bis-* quer dizer duas vezes e *bisavô* quer dizer (aproximadamente) avô duas vezes. Por outro lado, *juízo* quer dizer o ato, o processo ou o efeito de julgar, como todas as outras formações deverbais com *-mento*: *envolvimento*, *acontecimento*. E, por fim, *termômetro* é o instrumento capaz de medir a temperatura de um corpo, do mesmo modo que o *hidrômetro* é o instrumento capaz de medir (o consumo) de água e a *termoeletricidade* é a produção de eletricidade por uma diferença de temperatura. Como todas as nossas palavras são bem comportadas sob o ponto de vista semântico, não podemos usar este critério para afirmar com certeza que alguma delas é um composto.

Há uma outra diferença semântica mencionada nas gramáticas tradicionais que se liga à natureza dos lexemas: estes são os morfemas que têm o que se chama de significação externa, isto é "referente a fatos do mundo extralingüístico" nas palavras de Cunha e Cintra (2001:76); os morfemas gramaticais como os afixos, por outro lado, têm apenas significação interna, que "deriva das relações e categorias levadas em conta pela língua", segundo os mesmos autores. Será que esta maneira de definir os elementos que compõem a derivação e a composição resolve o nosso problema?

Vamos voltar a olhar as nossas palavras: o que diremos de *sobrecarga*? Não há dúvida de que *carga* é um lexema, pois faz mesmo referência a algo extralingüístico. Mas e *sobre-*, que tem o significado de "excesso"? É também um lexema? Ou esta idéia de (muita) quantidade, digamos assim, é apenas uma "relação ou categoria levada em conta pela língua"? Vamos supor que *sobre* é um morfema gramatical. E o que diremos agora a respeito de *bisavô*? Que *avô* é um lexema não se discute; mas e *bis-*? Bom, se a idéia de (muita) quantidade corresponde a um morfema gramatical, então *bis-*, que quer dizer "duas vezes" e também tem essa idéia de quantidade, deve ser um morfema gramatical, concorda? Mas não é isso o que diz a gramática tradicional...

A essas alturas você deve estar se perguntando se vale a pena fazer qualquer diferença entre composição e derivação se não conseguimos formular um critério que separe claramente as duas coisas. Há muitos morfólogos que pensam exatamente isso: quebrar a cabeça tentando diferenciar coisas que são muito parecidas só vale a pena se

de fato conseguirmos mostrar que há alguma diferença crucial entre elas de modo a justificar a separação mesmo que em muitos casos as coisas pareçam indistintas.

Nós vamos voltar a esta questão na última seção deste nosso capítulo. Nas próximas seções vamos examinar um caso de prefixação e um caso de sufixação, tentando mostrar que na verdade tanto os prefixos quanto os sufixos da língua são regras que se aplicam a bases com certas características fonológicas, morfológicas e semânticas fornecendo produtos também com certas características fonológicas, morfológicas e semânticas, numa larga medida previsíveis.

2.1 A derivação prefixal

Uma das dificuldades que a gramática tradicional enfrenta é fornecer uma boa definição para os prefixos. À parte o fato óbvio de que o prefixo precede a base, pouco se acrescenta: normalmente uma alusão vaga à sua descendência de preposições e advérbios introduz a longa lista de prefixos de origem latina e prefixos de origem grega.

Essa vagueza na definição permite que se classifique como prefixos elementos de tipos muito diferentes. Mesmo autores modernos têm dificuldade na sua definição; em Rocha (1999:152), temos vários traços definitórios para serem usados ao mesmo tempo: o prefixo está à esquerda da base, não pode ser ele mesmo uma base N, V ou A, deve ser recorrente, ter identidade fonética, semântica e funcional e ser morfema preso.

Vamos nos inspirar nestes critérios para isolar uma pequena classe de elementos constituída apenas de formas presas recorrentes que não tenham uma forma livre como alomorfe, o que é o caso de *des-* em *descobrir* mas não o de *com-* em *compor* (isto é, tiramos da conversa os prefixos como *sobre-*, que se identificam com as preposições da língua, uma hipótese que Camara Jr. (1977) já alentava, tratando *sobrecarga* como composição, não como derivação). As formas presas que nos interessam se afixam sempre à esquerda de bases que são formas livres na língua, como *re-* em *reconquistar* mas não *re-* em *replicar*. Finalmente, essas formas presas conservam sistematicamente seu significado, que no caso de *re-*, por exemplo, é o de repetição (imediatamente identificável em *reconquistar* mas apenas muito longinquamente visível em *replicar*). É aos elementos com estas características – formas presas recorrentes que se afixam à esquerda de bases livres, com significado constante e sem parentesco com formas livres da língua – que chamaremos prefixos e é a eles que se aplica a discussão que se segue.

O fato de esses prefixos serem recorrentes nos permite identificar relações paradigmáticas formadas no léxico, com base nas quais os falantes reconhecem estrutura interna nas palavras. Parece claro, por exemplo, que os conjuntos de palavras em (4a) e (4c) são familiares aos falantes de português, enquanto os em (4b) não são:

- (4) a. desabilitar, desmobilizar, desinfetar, (?) desclonar...
b. *desfeliz, *desmovimento, *despessoa, ...
c. desabilitado, desmobilização, desinfetável, ...

Observemos primeiramente que *des-* satisfaz às exigências da nossa definição mais estrita de prefixo: é uma forma presa que não tem alomorfe livre, é recorrente na língua, se afixa à esquerda de bases livres e tem sistematicamente o mesmo significado, que é o de reversão.

Notemos agora que todas as palavras em (4a) são verbos, alguns primitivos, outros já formados por derivação (como *mobilizar*). Por outro lado, as palavras em (4b) pertencem a outras classes: *feliz* é um adjetivo, *movimento* e *pessoa* são substantivos derivado e primitivo, respectivamente, e em nenhum desses casos a prefixação com *des-* é possível. Por outro lado, (4c) apresenta casos em que temos substantivos e adjetivos prefixados por *des-* e ainda assim tudo vai bem. Em que (4c) é diferente de (4b)? Se você olhar detidamente para as formações em (4c) você verá que todas elas são palavras derivadas que tiveram como base o verbo presente em (4a). Já deu pra ver onde estamos querendo chegar, não é mesmo? É isso: o prefixo *des-* só se combina com verbos na língua. E já que ele é produtivo, como mostra a possibilidade de fazermos a palavra (?)*desclonar* que aparece em (4a), para além da RAE (lembrando: regra de análise estrutural) que nos permite analisar a estrutura interna dessas palavras, temos uma RFP (uma regra de formação de palavra) para *des-* na língua que deve ter o seguinte formato:

- (5) a. [Y]b → [[X]b Y]b
b. [fazer]_v → [[des-]_v fazer]_v

Não é qualquer verbo que pode servir de base para esta regra, como mostra (6):

- (6) * desmorrer, * deschegar, * desbeijar, *de(s)ser, ...

Como explicar essas impossibilidades? É simples: a RFP de *des-* tem uma restrição semântica que pesa sobre a base, pois como o significado de *des-* é reversão, a base deve descrever um processo que seja reversível, o que nenhum dos verbos que serve como base em (6) faz, não é verdade? Perfeito! E é exatamente esse tipo de comportamento da regra que vimos acontecer nos exemplos de RFP com os sufixos da seção passada: a regra se aplica sistematicamente a um (sub)conjunto determinado de bases e o produto tem uma interpretação semântica determinada.

Contudo, um contra-exemplo para a afirmação de que a RFP de *des-* só se aplica a verbos seria a existência de adjetivos formados com o prefixo *des-*, como em (7):

(7) desnecessário, desleal, desumano, deselegante, ...

Observe que para explicar (7) não podemos chamar em defesa da nossa hipótese o mesmo tipo de argumento que usamos para explicar a possibilidade de (4b): nenhum dos adjetivos em (7) é um deverbal (isto é, formado a partir de um verbo). Entretanto, é importante notarmos que o sentido do prefixo não é o mesmo quando ele se combina com verbos e com adjetivos: *des-* combinado com um verbo indica reversão, mas quando combinado com um adjetivo, indica um tipo de negação: *desleal* significa algo próximo de ‘sem lealdade’, mas *desfazer* não significa ‘sem (não) fazer’.

Somos assim levados a crer que temos dois prefixos *des-* na língua, que são diferentes seja em suas exigências de combinação (um se combina com verbos, o outro com adjetivos), seja na interpretação que eles imprimem ao produto (um implica em reversão, o outro é um tipo de negação). Note, inclusive, que é bastante provável que apenas o primeiro *des-* tenha uma RFP, ao segundo estando reservada apenas a RAE. Diremos, então, que estamos frente a um caso de **homonímia morfológica**: o som e a grafia são os mesmos, mas todo o resto é diferente.

2.2 A derivação sufixal

O caso da sufixação é, a essas alturas do nosso estudo, um caso muito mais simples porque começamos a discussão exemplificando tanto a RAE quanto a RFP com casos de sufixação, não é verdade? E a sufixação talvez corra o risco de se confundir com a flexão, mas é mais difícil confundirmos sufixação com composição, pelos tipos

de sufixos e bases presas que temos na língua, mas em especial por esta característica que eles têm de mudar (em boa parte dos casos) a classe da palavra.

É possível que a questão mais difícil seja a da homonímia morfológica. Vamos analisar um caso bem complicado, assim você vê a real dimensão do problema. Se tomarmos a gramática tradicional de Cunha & Cintra (2001:94), veremos que na apresentação que fazem da sufixação, o critério parece ser apenas semântico (eles dão o que o sufixo significa) e não é claro que reconhecem a existência de homonímia aqui. Examine a apresentação do sufixo *-ada*, transcrita em (8) abaixo::

(8) *-ada*: forma substantivos a partir de substantivos

Sentido	Exemplificação
a. multidão, coleção	<i>boiada, papelada</i>
b. porção contida num objeto	<i>bocada, colherada</i>
c. marca feita com um instrumento	<i>penada, pincelada</i>
d. ferimento ou golpe	<i>dentada, facada</i>
e. produto alimentar, bebida	<i>bananada, laranjada</i>
f. ato ou movimento enérgico	<i>cartada, saraivada</i>

Uma primeira observação que pode ser feita com respeito a esta lista, é que a classificação sugerida talvez não seja capaz de, dado um caso novo, separar com clareza uma interpretação da outra. Quer ver? Vamos pegar *garfada*. Esta formação pode ter o sentido de “porção contida num objeto” numa frase como *eu comi uma garfada da comida só para ser agradável*. No entanto, numa frase como *a Maria me deu uma garfada por baixo da mesa para eu ficar quieta*, o sentido é de “ferimento ou golpe”, certo? Então classificar o sufixo só pelo sentido da palavra não é muito boa idéia...

Vamos ver quantos diferentes sufixos *-ada* há no português brasileiro e quais deles são produtivos. Será que no sentido (a) dá pra fazer uma palavra nova? Se sobre a mesa há vários papéis meus, minha mãe pode falar: “junta essa papelada aí!”. E se na mesa estiverem vários livros meus, será que minha mãe pode dizer “junta essa livrada aí!”? Sim, mas ela também pode dizer “junta essa *livraiada* aí!”. Porém, o seu tutor não diria a você: “organiza direito essa **ideiada/*ideiada* que você colocou no texto!”. Assim, parece possível tomar como base um substantivo concreto, de qualquer gênero, afixar *-ada* (ou seu alomorfe *-aiada*) e obter um substantivo significando “muitos, vários”, sempre feminino. Já que este é um processo produtivo, temos a seguinte RFP:

- (9) a. [Y]a → [[X]a Y]b
 b. [livro]_S → [[livro]_S -(ai)ada]_S

Para o sentido de *-ada* que aparece em (b), por seu turno, não parece possível tentar construir uma RFP; é preciso dizer que aqui o conjunto de candidatos a base seria extremamente restrito (só utensílios que possam conter algo em seu interior) e a tentativa de novas formações não dá bons resultados: o livro de receitas culinárias não mandaria você colocar uma **conchada* de caldo no peixe, nem uma **escumadeiraada* de batata frita no prato da carne para enfeitar, certo? Esse *-ada* aqui só tem RAE.

Vale a mesma observação para o sentido de *-ada* que temos em (c): o conjunto de candidatos a base é muito reduzido (tem que ser um instrumento de alguma coisa) e é bem estranho dizer que o Zorro, com poucas *?espadas*, assinou o nome na parede, como diríamos que o pintor, com poucas *pinceladas*, retratou a modelo perfeitamente.

Na verdade, se *espada*, *conchada* ou *escumadeiraada* são formações possíveis em português, elas o são com a interpretação que temos em (d), “ferimento ou golpe”:

- (10) a. O Zorro deu uma espada na cabeça do sargento Garcia
 b. A minha mãe deu uma escumadeiraada/uma conchada na minha mão.

Esta é uma formação extremamente produtiva no português brasileiro atual, sobretudo em certas construções com o verbo *dar*, cujo formato geral seria *dar uma X-ada (em Y)*, onde X é um substantivo concreto. A RFP desta formação deve portanto tomar um substantivo concreto e fornecer como produto um substantivo que é interpretado como um ferimento ou um golpe dado pelo instrumento referido pelo substantivo concreto que é a base – uma *dentada* é um ferimento feito com os dentes. É preciso dizer ainda que essa RFP é acionada pelas construções com *dar* do tipo acima.

Com o sentido de “produto alimentar ou bebida”, é difícil dizer se *-ada* é produtivo; no entanto, com o sentido de “comilança ou festa”, parece que é: eu posso fazer uma *peixada/uma galinhada/uma ovelhada* lá no meu sítio e convidar os amigos. No entanto, observe que pesa sobre a base uma restrição bem forte, porque aparentemente apenas nomes de animais comestíveis podem ser a base para esta RFP.

Finalmente, observe como é difícil separar a interpretação dada em (f) – ato ou movimento enérgico – do sentido de (d) – ferimento ou golpe, porque todo golpe deve

ser um movimento enérgico, não é verdade? Essas interpretações se sobrepõem e não é muito claro como elas cobrem o caso da interpretação de “saraivada”, que é uma chuva de granizo. Em todo o caso, seria interessante que pudéssemos reunir estes dois sentidos em um só, por exemplo o de “ferimento ou golpe”, e escrever sua RFP como em (11):

(11) [sapato]_s → [[sapato]_s-ada]_s

A gramática tradicional procura ser exaustiva na sua abordagem, fazendo listas enormes de itens (e inclusive colocando em dois itens separados o que poderia ser reunido num só como nós fizemos aqui). No entanto, existe mais pelo menos uma formação em *-ada* que, mesmo não sendo exatamente do mesmo tipo que as tratadas aqui, é uma formação extremamente produtiva no português brasileiro coloquial e que não é tratada pela gramática tradicional: *dar uma X-(a)da (em Y)* é uma formação aparentemente bastante parecida com a que vimos em (10):

- (12) a. O João deu uma pensada no assunto
b. O João deu uma lida no texto

Temos, porém, razões para crer que se trata de uma outra RFP: a base aqui deve ser um verbo (*pensar, ler*) e o produto se parece muito com os participios verbais (*tinha pensado, tinha lido*), à parte o fato de estarem nominalizados pela presença do artigo indefinido feminino. Note que a interpretação do produto é aspectual: trata-se de uma leitura rápida, ou uma reflexão sem muita profundidade. Finalmente, note que esta palavra só existe nesta construção (**A pensada da Maria foi boa*).

LEITURA RECOMENDADA: Rocha (1999), cap.5, 6 e 7.

3. A estrutura interna das palavras

De tudo o que vimos neste capítulo, você já pode entender em que exatamente a teoria gerativa se diferencia do estruturalismo quando estamos falando de processos morfológicos: o estruturalismo via a palavra como uma seqüência de morfemas, uma série de posições lineares que vão sendo preenchidas pelos diferentes afixos. Quando falamos de morfologia flexional no capítulo passado, vimos que o preenchimento dessas

diversas posições era obrigatório, você se lembra? Por exemplo, a fórmula do verbo de Camara Jr. nos faria sempre esperar o preenchimento das seguintes posições lineares:

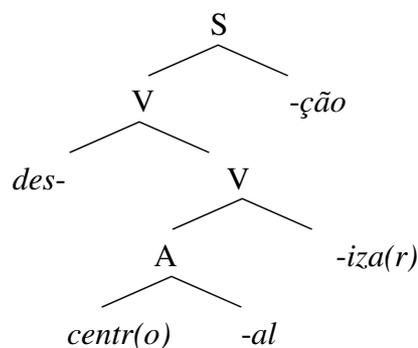
(13)	cant-	-a-	-va-	-mos
	lexema	vogal temática	morfema modo-temporal	morfema número-pessoal

O estruturalismo não se pronuncia claramente sobre a derivação, mas é razoável supor que é a mesma análise de concatenação linear de formas que estaria em jogo. Por outro lado, o que a teoria gerativa propõe é a presença de estrutura hierárquica dentro das palavras, exatamente porque existem regras que regem as combinações entre afixos e palavras e por isso representar essas relações linearmente seria um equívoco. Vamos examinar abaixo a análise clássica de Basílio (1987) da palavra *descentralizar*:

(14)	<i>des-</i>	<i>-centr-</i>	<i>-al-</i>	<i>-iza(r)-</i>	<i>-ção</i>
	prefixo	lexema	sufixo adjetival	sufixo verbal	sufixo nominal

(15) a. [[des- [[[centro]_S + al]_A + izar]_V]_V] + ção]_S

b.



A representação que vemos em (14) é a do estruturalismo: os afixos vão se colocando uns ao lado dos outros, bem comportados, sem que ninguém os obrigue a fazer isso. Além do mais, se a afixação de fato acontece assim, seria de se esperar que não houvesse qualquer restrição às diversas combinações de sufixos, certo?

Mas não é isso o que acontece, e é por isso que a teoria gerativa propõe a estruturação hierárquica em (15a), desenhada num tipo de representação chamada “árvore” (sim, é preciso um pouco de imaginação para ver uma árvore aqui...). O interessante dessa árvore é que ela nos mostra todas as regras que estão em jogo na formação de *descentralizar*: primeiramente o substantivo *centro* se une ao sufixo *-al*,

formador de adjetivos tendo por base substantivos, resultando em *central*. Esse adjetivo então recebe o sufixo formador de verbos a partir de bases adjetivas, *-izar*. É apenas nesse momento da formação que podemos ter a prefixação de *des-*, que é um prefixo de verbos: não seria possível prefixarmos *des-* ao substantivo *centro* (**descentro*) nem o adjetivo *central* (**descentral*), porque, como vimos, *des-* é uma regra que só toma verbos por base (com o sentido presente em *descentralizar*). Apenas depois da prefixação de *des-* o sufixo que forma substantivos a partir de verbos, *-ção*, pode se amalgamar à palavra.

Gostou? Não é lindíssimo?

LEITURA RECOMENDADA: Mioto & Figueiredo Silva (2006)

4. *Conclusões do Capítulo*

Vamos agora amarrar as pontas das discussões que não ficaram completamente fechadas neste capítulo, por exemplo a discussão sobre a diferença entre derivação e composição. É verdade que existem muitos casos em que não é possível estabelecer um critério para diferenciar os tipos de elementos que participam de um ou de outro dos processos. Mas talvez seja possível separar derivação de composição olhando para o que cada um desses processos faz na língua: a derivação está mais próxima da flexão do que poderíamos pensar, porque ela também está empenhada em fazer com que as palavras tenham a forma adequada para entrar numa certa posição sintática, criando por exemplo verbos a partir de nomes, adjetivos a partir de verbos, etc., ou então criando formas diferenciadas para palavras da mesma classe que querem dizer coisas diferentes.

Aliás, talvez seja agora o momento de reexaminar a idéia de Varrão sobre a derivação, retomada por Camara Jr. e que estudamos no capítulo passado: não é regular, não é obrigatória, não tem pauta sistemática e não têm nenhum tipo impacto na sintaxe, ao contrário da flexão, que é tudo isso. Vimos no final do capítulo passado, depois de examinar detidamente vários processos tidos como flexionais, que nem sempre os critérios todos eram respeitados e que, em última análise, só o critério sintático poderia realmente caracterizar todos os processos flexionais. Portanto, a flexão não tem todas as características que o Varrão queria que tivesse.

Todo o trabalho que desenvolvemos neste capítulo mostrou que, ainda que a derivação não tenha paradigmas fixos de formas como a flexão, com formas

absolutamente previsíveis na maior parte do tempo, a derivação é um fenômeno que se pauta por regras bastante rígidas, e que podem ser também extremamente regulares. E ainda que a derivação não possa desencadear concordância na sentença, ativar um processo derivacional é também uma forma de participar da sintaxe de uma oração, posto que a mudança de classe da palavra é uma das motivações maiores da derivação.

Por outro lado, a composição não tem qualquer tipo de compromisso com a forma da palavra e o lugar da sintaxe em que ela vai entrar. A composição é um processo que se pauta exclusivamente pelas necessidades expressivas dos falantes: cunhamos compostos como *secretária-eletrônica*, *Idade Média*, *narcotráfico* ou *zigzague* por razões que passam longe da necessidade de adequar uma forma a um certo contexto sintático. De resto, é de se notar que os compostos são muito raramente verbos, poucas vezes adjetivos e massivamente substantivos. Mas estas propriedades todas da composição nós vamos ver no próximo capítulo.